

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.400.483 - SP (2018/0306274-4)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MARIA FATIMA OLIVI PERES**  
**AGRAVANTE : JOSÉ PERES DURAN**  
**ADVOGADOS : MARCELO JOSÉ GALHARDO - SP129571**  
**VICTOR AUGUSTO REBECH - SP390838**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADOS : NEI CALDERON - SP114904**  
**INGRID CRISTINE JERONIMO DE SOUZA - SP244518**  
**VANESSA PAIOLA SIERRA - SP382921**  
**PATRICIA PIRES CARDOSO - SP283586**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por JOSÉ PERES DURAN e MARIA FATIMA OLIVI PERES, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de JOSÉ PERES DURAN e OUTRO, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo, Dr. Victor Augusto Rebech, e do recurso especial, Dra. Luciana Aparecida Camargo Galhardo.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, limitando-se a apresentar apenas um substabelecimento (fl. 154), sem a procuração originária para o seu substabelecido, Dr. MARCELO JOSÉ GALHARDO.

Registre-se que o substabelecimento não subsiste por si só, sem uma procuração que lhe dê suporte, sendo impossível substabelecer um poder que não existe

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

nos autos (AgRg nos EREsp 685.903/RJ, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/09/2008, DJe 10/10/2008.)

Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente